





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO  
**Secretaria Municipal de Administração**

**JUSTIFICATIVA**

Estamos encaminhando, para apreciação desse Egrégio Legislativo Municipal, o projeto de lei que *“Autoriza o Executivo Municipal a realizar contratação emergencial para o cargo de “Motorista”, para a Secretaria Municipal de Assistência e Inclusão Social, em caráter temporário e por excepcional interesse público, com natureza administrativa, conforme Lei Municipal nº 7.316 de 22 de março de 2018.”*

O pedido se justifica pela necessidade de suprir 01 (uma) vaga para motorista que desenvolverá suas atividades no Programa Criança Feliz, para a qual há cargo criado no Município.

É necessário compor com contratos emergenciais o quadro de funcionários da Secretaria Municipal de Assistência e Inclusão Social, tendo em vista a necessidade e o excepcional interesse público de suprir a demanda dos serviços, e o desenvolvimento das atividades junto aos equipamentos da SMAIS, com cargos já existentes no quadro de servidores do Município.

Há de ser observado que ante a urgência das contratações, a fim de que o serviço público não sofra prejuízo nem paralisação em decorrência de déficit para atendimento das demandas, que presta serviços essenciais à população, e a inexistência de tempo hábil aliada impossibilidade orçamentária para suprir as vagas por concurso público, faz-se necessária a aprovação desta Lei.

O Programa Criança Feliz (PCF) realiza visitas domiciliares periódicas e atende gestantes, crianças de 0 a 3 anos e até 6 anos (nos casos de crianças beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada), com deficiência ou sob medidas protetivas, em áreas urbanas e rurais do município. Em razão da abrangência territorial e das condições logísticas, muitas das famílias acompanhadas residem em localidades de difícil acesso, que demandam transporte adequado e contínuo para que as atividades do programa sejam executadas com qualidade e pontualidade.

A ausência de um motorista compromete o cumprimento do cronograma de visitas, impacta negativamente na efetividade do atendimento às famílias e pode acarretar prejuízos à imagem e ao desempenho do programa junto ao Governo Federal.

Desta forma, a presente contratação visa:

- Assegurar o deslocamento regular das equipes do PCF para todas as localidades atendidas;
- Garantir a segurança dos servidores públicos em deslocamento;
- Viabilizar o alcance das metas pactuadas com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome;
- Cumprir com as diretrizes operacionais do programa, que exige a presença regular e próxima das equipes técnicas às famílias beneficiadas.

Importante ressaltar que os recursos para a execução do PCF são parcialmente oriundos do Governo Federal e que a infraestrutura de apoio local, incluindo logística e pessoal de apoio, é de responsabilidade do Município.

A Lei Municipal 7.316/2018 regulamentou a previsão do art. 237 da Lei Orgânica de Sant'Ana do Livramento, prevendo em seu art. 1º que:

***“Para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, a Administração Centralizada e Autarquias***





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO  
**Secretaria Municipal de Administração**

*poderão promover a admissão de pessoal por tempo determinado, nas condições e prazos previstos nesta Lei".*

Ocorre que a legislação citada foi silente quanto a fixação dos prazos para as contratações, oportunidade que utilizamos por analogia a Lei Federal 8.745/1993, a qual em seu art. 4º prevê os prazos máximos para vigência dos contratos, observando a necessidade dos cargos públicos, podendo haver contratações pelo prazo excepcional de 730 (setecentos e trinta) dias, ante a indispensabilidade dos serviços aos equipamentos da pasta e a continuidade dos mesmos.

Nesse sentido, encontramos como primordial alternativa o pedido de seleção pública de contratos, a ser realizado de forma a contemplar o atendimento aos princípios constitucionais, em especial os da legalidade, da publicidade, da moralidade, da isonomia, da impessoalidade e da eficiência e da continuidade do serviço público. Pelo exposto e, principalmente pela relevância do tema, é que estamos encaminhando o presente projeto de lei para apreciação desse Legislativo, esperando aprovação por parte dos ilustres Vereadores, e cooperação para que as políticas públicas idealizadas por ambos os Poderes sejam efetivamente alcançadas à população.

Pelo exposto e, principalmente pela relevância do tema, é que estamos encaminhando o presente projeto de lei para apreciação desse Legislativo, esperando aprovação por parte dos ilustres Vereadores, e cooperação para que as políticas públicas idealizadas por ambos os Poderes sejam efetivamente alcançadas à população.

Sant'Ana do Livramento, 21 de outubro de 2025.

**EVANDRO GUTEBIER MACHADO**  
Prefeito Municipal em exercício

RECEBIDO  
2025  
10/21/25